



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 12

MANDATO 2017/2021

Aos oito dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Centro Cultural de Campo, realizou-se a segunda reunião da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo de vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - -----
- 2 - -----

ORDEM DO DIA -----

- 1 - -----
- 2 - -----
- 3 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----
- 3.1 - -----
- 3.2 - -----
- 3.3 - -----
- 3.4 - -----
-

3.5 - Proposta de Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Valongo (ARUEAV); -----

3.6 - Declaração de Interesse Público Municipal – Instalação de uma área de Lazer e de Recreio no Parque do Rio Leça – Rua de S. Vicente – Alfena; -----

3.7 - Eixo de Ligação da EN 15 à Rua da Passagem, Valongo - Resolução de Expropriação nos termos do n.º 1 do Art.º 10.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro -Pedido de Declaração de Utilidade Pública com Carácter de Urgência e Tomada de Posse Administrativa; -----

3.8 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Gandra (ARU-LG); -----

3.9 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Costa (ARU-LCo); -----

3.10 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Quinta da Balsa (ARU-LB); -----

3.11 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Azenha (ARU-LA); -----

3.12 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cifa (ARU-CIFA); -----

3.13 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Área Central de Sobrado (ARU-ACS); -----

3.14 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Couce (ARU-AC); -----

3.15 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar do Susão (ARU-LSu); -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- 3.16 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Alfena (ARU-EAA);
- 3.17 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Travagem (ARU-LT); -----
- 3.18 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Corredoura (ARU-LC); ---
- 3.19 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Quinta dos Frades (ARU-QF); -----
- 3.20 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Retorta (ARU-LR); -----
- 3.21 – Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar de Sobrado de Cima (ARU-LSC); -----
- 3.22 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar de Sampaio (ARU-LSa); -----
- 3.23 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar de Ferreira (ARU-LF). -----
- 4 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----
- 5 – Período Pós Ordem do Dia. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, José Maria Veloso Delgado, Luís Miguel Mendes Ramalho, Alberto Frenando Correia Neto e José António Ferreira da Silva. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alfredo Costa Sousa, Anabela Maria Freire de Sousa, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Manuel Ramos de Melo, Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso e Paulo Miguel da Silva Santos, tendo sido substituídos, respetivamente, por José Carvalho Ferreira Marujo, Berta Maria dos Santos Ferreira Pinheiro, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa, Tiago Alexandre Gaspar Sabença, Joaquim António Leitão de Almeida, Luís Paulo Moreira Cunha e Joana Catarina Martins Machado. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 3.5 - Proposta de Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Valongo (ARUEAV). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que em Conferência de Representantes a justificação que o Senhor Presidente da Câmara deu para a alteração à ARU de Valongo foi de tentar de alguma forma facilitar o terreno para a construção dos Paços do Concelho, com o que concorda. -----

Como justificação o Senhor Presidente da Câmara informou que existem muitos funcionários fora da Câmara, os processos andam para cima e para baixo, gente para cima e para baixo, carros na rua e isso custa muito dinheiro. -----

Disse de seguida que é pena não haver essa sensibilidade para a construção do novo edifício da Junta de Freguesia de Alfena com o qual andam há anos a lutar por um terreno do qual existe num processo em fase final de cedência. -----

Os Membros da Assembleia Municipal foram visitar as instalações da Junta de Freguesia de Alfena e testemunharam as condições em que recebem os alfenenses. -----

Podem dizer que nas outras freguesias não foi a Câmara que ajudou à construção dos edifícios das juntas, mas Alfena também não tem estádios, não tem museus, não tem biblioteca, não tem muitas outras coisas que as outras freguesias têm. -----

-

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que não têm nada contra nem nada a favor relativamente a esta alteração, sendo certo que em tempos os terrenos que estão a ser contemplados o PSD em reunião de Câmara e Assembleia Municipal propôs salvaguardar os terrenos, até aquando da discussão do PDM, e o Senhor Presidente da Câmara disse muitas vezes que não era possível porque eram grandes indemnizações, inclusive houve um PIP para um supermercado aprovado para estes terrenos, e o Senhor Presidente da Câmara mais uma vez dizia que era impossível salvaguardar os terrenos. -----

Na alteração contratual que fizeram do estacionamento foram feitas alterações para salvaguardar a entrada de transportes pesados na rua Visconde Oliveira do Paço, neste momento ficam apenas satisfeitos por a Câmara ter mudado de opinião. -----

No que respeita à ARU de Valongo e dado ter-se gasto tanto dinheiro em boletins de abril que são distribuídos em setembro, acham que as ARU's não estão a ser devidamente aproveitadas, nomeadamente a de Valongo que é a que existe até ao momento. -----

No âmbito da ARU os proprietários dos imóveis que estão localizados nessas áreas podem usufruir de benefícios, incentivos e penalizações e, nesse seguimento e porque achamos que não foi bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

esclarecido nem publicitado junto dos cidadãos, nomeadamente aqueles que têm propriedades nessas localizações, pretendiam fazer um requerimento. -----

De seguida fez a leitura de um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.1**, cujo teor se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PPD/PSD vem por este meio requerer à Câmara Municipal, através da mesa, que nos seja facultada informação referente aos benefícios, incentivos e penalizações fiscais consagradas na Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Valongo, em vigor desde o ano de 2015. Para melhor compreensão da resposta sugerimos que sejam seguidos os pontos e amíneas da memória descritiva da ARU em causa, indicando para cada um dos benefícios/incentivos/penalizações o n.º de beneficiários/contribuintes e respetivos valores. ----- Mais se solicita que nos seja dada informação referente às instruções dos processos de benefício/incentivos/penalizações supracitados.” -----

A ARU concede aos proprietários que façam obras de reabilitação, isenções e incentivos no âmbito do IMI, mas também permite aos proprietários que tenham as casas em boas condições, isenções de 30% no IMI do ano seguinte com pedidos até 30 de setembro à Câmara Municipal. -----

No site da Câmara Municipal no procedimento, colocando-se na posição de um munícipe não consegue deslumbrar algum tipo de procedimento para esse tipo de pessoas, além disso é inconclusivo no caso de haver uma vistoria se essa vistoria, que é idêntica às que são feitas no âmbito do contrato de arrendamento, se essa vistoria é ou não é paga, pois não podem estar a dar um benefício de 30% e o preço da vistoria se for o que está na tabela de taxas ser superior ao próprio benefício.-----

Existe uma casa junto ao Padrão que tem barreiras, manifestamente é visível da estrada nacional que tem algumas debilidades e falta de conservação, pretendia saber se a Câmara Municipal também nesses casos, e porque a casa faz parte da ARU, já penalizou o proprietário nomeadamente triplicando o IMI. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente ao IMI existem dois tipos de benefícios quando se fala da Áreas de Reabilitação Urbana. -----

O primeiro tem a ver com a isenção do Imposto Municipal de três anos para quem faz intervenções de reabilitação. -----

O segundo é a possibilidade das assembleias concederem uma redução até 30% para determinadas áreas, isso nunca foi caso em Valongo, optaram para Área de Reabilitação Urbana com o objetivo de estimular as obras de reabilitação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Em Valongo há várias obras que estão a decorrer e há uma dinâmica interessante, é uma matéria em que se tem que sensibilizar permanentemente as pessoas, porque mesmo com informação a chegar a casa as pessoas não sabem como é que funciona o mecanismo. -----

O benefício atribuído não é só o IMI são muitos benefícios a quem reabilita, existem muitas casas que estão degradadas e algumas estão a criar situações de perigo para quem passa na rua. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que o ponto 4 dos benefícios, incentivos e penalizações, na alínea a), sobre o IMI, diz: que tem redução os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação; no ponto 2 os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são isentos de IMI pelo período de três anos; no ponto 3 que diz que os prédios urbanos que se encontrem reabilitados e se mantenham em bom estado de conservação podem anualmente e até 30 de setembro, mediante vistoria a solicitar à Câmara Municipal, obter uma redução de 30% de IMI do ano correspondente, nos termos do número seis do CIMI. Isto é o que está na ARU aprovada em Câmara e Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que na página 7 da deliberação pode ler-se a redução até 30% da taxa do IMI que vigorar para o ano a que respeita o imposto, o número 6 do Código do IMI, os municípios mediante deliberação da Assembleia Municipal podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias, ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana no combate à desertificação e majorar ou minorar até 30 % a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto. -----

No âmbito das Áreas de Reabilitação Urbana, aquilo que é uma especificidade e que deve ser destacado, podiam dizer que os concelhos podiam ser todas áreas de reabilitação urbana, o que não faz sentido, o que faz sentido é usar uma ferramenta para que as pessoas, os proprietários, os eventuais interessados em comprar reabilitem o edificado. -----

O Senhor **Membro do grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que o Senhor Presidente cita o CIMI onde diz que os municípios por deliberação da Assembleia Municipal podem conceder isenções, e a Assembleia Municipal de Valongo concedeu com a aprovação da ARU. Falou sim na alínea a) do ponto 4, do número 3 que tem de conceder os 30%, e que já existe desde 2015. Agora a Câmara Municipal não publicitou, no site da Câmara Municipal está tudo direcionado para obras de reabilitação, mas o ponto de isenção de 30% a quem tem as casa devidamente conservadas dentro da ARU está consagrado na ARU do Eixo Antigo de Valongo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Os 30% de benefício para quem tem as casas conservadas também está consagrado na parte das penalizações em que a Câmara pode triplicar o IMI de quem tem as casas degradadas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 3.5 - Proposta de Alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Valongo (ARUEAV), sendo **aprovado por maioria** com 24 votos a favor e 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD ; -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3.6 - Declaração de Interesse Público Municipal – Instalação de uma área de Lazer e de Recreio no Parque do Rio Leça – Rua de S. Vicente – Alfena; -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que a população já disfruta de 6 hectares, assim como a Assembleia Municipal teve a oportunidade de ver o espaço que a Junta de Freguesia já disponibilizou à população e que esta vê com muito agrado e usufrui diariamente. -----

A Junta de Freguesia não é proprietária desse terreno, é público, (que) existe um contrato de arrendamento com obrigatoriedade de compra, no contrato está a autorização para a realização de todas as benfeitorias e ao fim de 16 anos tem que se comprar pelo preço que as partes acordarem ou fixado pelo Tribunal. Portanto, o preço no final não é diferente daquilo que vai acontecer com os dois hectares que se vai juntar agora porque será também o Tribunal a fixar. -----

A Junta de Freguesia sem dinheiro conseguiu disponibilizar 6 hectares de terreno à população com percursos dos quais usufruem todos os dias, não só a população de Alfena, vão fazendo o que podem uns banquinhos agora, umas papeleiras depois, pediram ajuda para a manutenção, mas a Câmara entende que não. -----

Pedimos ajuda para a instalação de holofotes, nem que fosse a título provisório, nos postes de iluminação pública porque é a Câmara que superentende, nunca lhes responderam nem disseram que davam autorização ou não. -----

Disse que a Câmara nunca falou com a Junta de Freguesia, nem quando fez a oferta para a aquisição de mais dois hectares, nem quando resolveu apresentar a Declaração de Utilidade Pública, pensa que entre órgãos que foram eleitos e dado que estão a falar do mesmo objetivo, de uma área que é contígua e que vai ser posta à disposição da população teria sido interessante conversarem. -----

Portanto, é inteiramente a favor dos dois hectares, pensa que seria de bom senso olhar para o parque como um todo, porque aquele parque é da população e deve-se investir como um todo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É uma Declaração de Utilidade Pública, todo aquele espaço é de utilidade pública, tem pena que não tenha sido possível chegar a um acordo com o proprietário, sabe que a Câmara ofereceu, que os proprietários fizeram uma contraproposta e foi com alguma surpresa que viu a Declaração de Utilidade Pública. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que estão de acordo com a proposta, deve ser pensada a possibilidade de alargar a proteção de interesse público aos interesses contíguos. -----

Falam de uma área de 60 mil metros quadrados inserida numa centralidade que urge preservar e tem todas as condições de se concretizar, dado que se trata de terrenos com contrato de aluguer pela Junta de Freguesia de Alfena com obrigatoriedade de compra no final do contrato, o executivo camarário deve abraçar essa causa de grande interesse público, tanto para a cidade de Alfena como para o concelho de Valongo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em boa hora a Junta de Freguesia conseguiu que uma área muito grande, onde não é possível edificar, ficasse disponível para a comunidade e a Câmara na parte onde é possível justificar uma intervenção pública, na contenção das margens, na levada do Cabo, já fez uma intervenção. -----

Nos próximos 14 anos está estabilizado, já é utilizado e quem quer que esteja dentro de 14 anos vai encontrar uma solução, porque ali não é possível edificar. -----

Disse que aquele espaço precisa de equipamentos de apoio, designadamente casas de banho, é uma área grande, o terreno em discussão, são três artigos, numa pequenina parte junto à estrada tem capacidade construtiva, o que significa que pode ajudar a resolver ali uma carência em termos de infraestruturas de apoio. -----

Está previsto fazer um reperfilamento da rua, aumentar mais vinte e tal lugares e utilizando esses 400 mt2 permitir que haja uma estrutura que pode funcionar como apoio incluindo as instalações sanitárias e isso dá uma mais-valia a todo aquele conjunto. -----

Declarar Interesse Público Municipal tem consequência, sabem qual é o valor daqueles terrenos, se declarassem interesse público de uma área maior, não de dois, mas de oito hectares, o valor que a Câmara tem que pagar é muito superior. -----

Disse, ainda que a obra custa quase meio milhão de euros, entre comprar o terreno, o valor andarà na casa dos 190 mil euros, a família achava que esse valor não era correspondente ao que achavam que valia, inclusive achavam que era possível construir mais, porque provavelmente houve essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

espectativa, mas entre o valor que custa expropriar e o valor que custa instalar o equipamento são meio milhão de euros, a diferença entre fazer ou não fazer. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que de forma a garantir o interesse da população a Câmara poderia assumir a posição contratual que a Junta tem atualmente com o proprietário, ou seja a Câmara para futuro deixava de ter o argumento de investir naquela localização, conforme constatarem na visita que a Assembleia Municipal fez ao local. Em Campo a Câmara tem um contrato com a proprietária da Quinta do Passal e esse contrato tem sido suficiente para que a Câmara invista lá muito dinheiro, portanto uma forma de equilibrar isso seria a Câmara Municipal assumir a posição contratual que a Junta de Freguesia atualmente tem e depois continuar a fazer investimento. -----

Podem ter dois hectares muito bem tratados e depois seis hectares menos bem, as condições económicas que a Junta tem nunca poderá investir o mesmo que a Câmara. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, informou que têm aprovado a construção de um Skate Parque e de um Parque Infantil no campo em frente ao Centro Cultural, portanto ali é possível construir. -----

Quando não faz a declaração de utilidade pública para todo o espaço, acha muito bem que não faça sem antes conversar com todos os proprietários, que se não fosse a compreensão que eles tiveram com a Junta de Freguesia não estariam a falar disso, deram a oportunidade de disponibilizar todos aqueles espaços para a freguesia. -----

Quando se diz que não se tem dinheiro para tudo por isso é que a Junta de Freguesia fez um contrato de arrendamento, primeiro não tem autoridade legal para expropriar, segundo não tinham dinheiro. ----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em Campo existe um Contrato de Comodato, sugerido pelo falecido Bispo do Porto, que é um contrato de natureza diferente. -----

Não é rigoroso dizer que há uma autorização por parte de quem gere o território, a CCDR, para instalar um Skate Parque. Ele quando era Membro Municipal chamou à atenção para a deposição de terras numa parte do terreno que pretendem agora adquirir e se a Câmara não fosse tirar de lá aquilo tinham pago uma multa de 750 mil euros. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Aquelas zonas têm vários estatutos Leito de Cheia, RAN e há zonas onde não dá mesmo para construir, aquelas três parcelas tem uma pequena parte de 400 mt², está no PDM como tendo capacidade construtiva, é isso lhes permite fazer um equipamento de apoio. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que relativamente ao aterro haveria intenção da Câmara PSD através de um acordo com o proprietário em que cedia toda aquela zona que agora está para expropriar e haveria ali a declaração de interesse público que permitiria alguma construção na margem. -----

Houve um acordo com o proprietário, a Câmara através da declaração de utilidade pública e a CCDR permitiria alguma construção na margem, agora como é que se vai criar lugares de estacionamento sem fazer o aterro, aquilo só foi retirado porque a Câmara resolveu não avançar com o processo que vinha da Câmara anterior. -----

Disse que têm autorização, há infraestruturas que não são privadas são de interesse público e inserem-se naquilo que é a utilização que está a ser dada e é autorizada a construção. -----

Tanto quanto sabe um contrato de comodato é muito mais débil do que um contrato de arrendamento, porque um contrato de comodato não se paga nada e o proprietário pode retomar quando entender e num contrato de arrendamento tem um conjunto de cláusulas que tem que cumprir. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto, 3.6 - Declaração de Interesse Público Municipal – Instalação de uma área de Lazer e de Recreio no Parque do Rio Leça – Rua de S. Vicente – Alfena, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3.7 - Eixo de Ligação da EN 15 à Rua da Passagem, Valongo - Resolução de Expropriação nos termos do n.º 1 do Art.º 10.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro -Pedido de Declaração de Utilidade Pública com Carácter de Urgência e Tomada de Posse Administrativa, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente informou que foi detetado um erro na deliberação referente ao ponto 3.8 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Gandra (ARU-LG), pelo que a Câmara solicitou a sua **retirada** da Ordem de trabalhos o que foi **aceite por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 3.9 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Costa (ARU-LCo). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do BE, António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.2.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, começou por dizer que o PSD irá votar favoravelmente todos os pontos relacionados com as ARU's. ----- Disse de seguida que na altura da aprovação do PEDU e outros debates que tiveram na Câmara e Assembleia Municipal foram a favor da criação de novas ARU's, o PS na Assembleia sempre foi hostil a essa criação. -----

Lembrou uma Moção aprovada, por unanimidade, na Assembleia de Freguesia de Ermesinde, com os votos do PS, do BE e de todas as forças políticas inerentes nessa Assembleia, para que fosse criada a ARU do Eixo Central de Ermesinde. Nessa altura o Senhor Presidente da Câmara dizia que não era possível. -----

Na ata em que foi votado o PEDU relativamente a Campo e Sobrado o Senhor Presidente da Câmara disse que lhe disseram que só consideram zona urbana Valongo e portanto não há condições de ARU para Campo e Sobrado, ou seja o argumento que o Senhor Presidente da Câmara deu aquando da aprovação do PEDU para a não criação de ARU em Campo e Sobrado era que Campo e Sobrado não tinha zona urbana. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que quando fizeram o processo do PEDU, quem define o que é área urbana não é a Câmara de Valongo é o INE, e com todo o respeito que tem por Campo e Sobrado, Campo e Sobrado estão fora da área urbana em termos de INE, o que é área urbana é Alfena, Ermesinde e Valongo. -----

Na sua opinião uma parte de Campo será área urbana, claramente Sobrado não é área urbana, por mais que o desejem. -----

Quando tiveram que fazer a candidatura ao PEDU, que foi um processo muito mal conduzido do ponto de vista governamental, o quadro comunitário se está a correr um bocadinho mal do ponto de vista dos atrasos deve-se à forma muito complicada como foi montado, designadamente com as limitações que havia ao investimento. -----

Quando perceberam que nas zonas urbanas tinham que ter uma ARU, ainda bem que o PSD andou a fazer algum trabalho durante alguns anos no Eixo Antigo de Valongo porque se o não tivesse feito iam ter um problema gravíssimo pois não tínhamos forma de justificar a aplicação de dinheiro comunitário em zona urbana. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quando entraram na Câmara, em outubro de 2013, a única coisa que havia, como só havia um Plano de Pormenor e agora avançamos com o segundo Plano de Pormenor ao fim de vinte e tal anos de PDM, felizmente encontraram esse trabalho que andava, não andava, lembra que quando era Vereador já se falava, como Membro da Assembleia também se falava, a verdade é que havia algum trabalho. -----

As ARU's em discussão demoraram mais de um ano e meio porque fazer uma ARU não é um ato de vontade, é preciso justificar e delimitar. -----

Disse que foi sempre possível haver áreas de reabilitação urbana, para fundos comunitários só se financiavam três tipos de áreas de reabilitação urbana, eixos antigos, zonas ribeirinhas e zonas de reconversão industrial, a única que tinham era a de Valongo por razões históricas, se não ia ser um problema com os fundos comunitários. -----

Não disseram que eram contra as ARU's quiseram foi fazer um trabalho bem feito e agora esperam que a população perceba a oportunidade que é haver uma ARU. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que o Senhor Presidente disse que a questão das ARU's é uma questão de vontade, efetivamente no último mandato perceberam tudo, porque o documento do PEDU, que nem sequer foi discutido com os vereadores que na altura faziam parte da Câmara e aliás foi manifestado publicamente, nem sequer foi discutido com os senhores presidentes de junta. -----

O documento estratégico que foi contratado e que foi coordenado apenas pelo PS Valongo dizia assim: a cidade de maior dimensão do concelho de Valongo, Ermesinde foi objeto de um número significativo de ações e investimentos no âmbito dos últimos quadros comunitários, assim neste novo ciclo de investimentos, a intervenção do PEDU de Valongo irá focar-se apenas nesta freguesia. Isto era a decisão política, a decisão das vontades, apesar do Senhor Presidente da Câmara dizer que não há vontades, era a vontade do PS Valongo na altura, era apenas ter a ARU de Valongo e condicionar o PEDU para a ARU de Valongo, aliás isso foi alvo de manifestações por parte dos outros presidentes de junta de freguesia e pelos outros partidos, por isso isto é mesmo uma questão de vontade. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que na altura só foi possível o PEDU, os fundos comunitários só financiavam ARU's de três tipos áreas de reconversão industrial, áreas de reabilitação urbana por razões históricas e áreas ribeirinhas, pelas razões que apresentou conseguiram em tempo útil ter uma área de reabilitação urbana na zona antiga de Valongo. Quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

foi confrontado com isso fez uma justificação e mantém-na, por razões que não tem a ver com a ARU houve uma série de intervenções que foram feitas na cidade de Ermesinde e bem, na altura foi confrontado e justificou. -----

Nunca tiveram nada contra as ARU's, gostava de perceber, até porque os fundos comunitários não estão a ser aplicados só em Valongo, há verbas para os empreendimentos sociais que estão a ser aplicadas em todo o concelho, verbas para a mobilidade que estão no terreno como as verbas para os empreendimentos sociais que estão no terreno e que são da mobilidade em todo o concelho. Na parte do PARU há uma parte que está a ser aplicada na zona da ARU de Valongo que foi o que foi possível. -----

Gostava de imaginar o que teriam dito dele se tivesse perdido esses apoios só para não incomodar ninguém, iam-no chamar incompetente porque perdeu uns milhões de euros porque só tinha uma ARU. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 3.9 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Costa (ARU-LCo), sendo **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3.10 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Quinta da Balsa (ARU-LB), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 3.11 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Azenha (ARU-LA), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 3.12 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Cifa (ARU-CIFA), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto 3.13 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Área Central de Sobrado (ARU-ACS), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3.14 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Couce (ARU-AC), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Seguidamente colocou à discussão o ponto 3.15 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar do Susão (ARU-LSu), não se tendo verificado intervenções colocou à votação sendo **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 3.16 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Alfena (ARU-EAA).

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que em dezasseis ARU's Alfena tem uma, foram enumeradas as vantagens das ARU's em termos fiscais, em termos de investimento, em termos de fundos comunitários por isso é bom que haja ARU's, pois o que é preciso é investimento, porque o investimento é que traz crescimento e o crescimento é que traz desenvolvimento. -----

Disse que deve haver um investimento equilibrado, perguntando se só havia uma ARU, porque disse-se na altura em que foi aprovado o PEDU, se no tempo que mediou entre a apresentação final da candidatura ao PEDU e o tempo em que houve conhecimento, se não houve tempo de criar ARU's nem que houve Assembleias extraordinárias, reuniões extraordinárias de Câmara com certeza teria havido possibilidade de criar ARU's. -----

O Senhor Presidente da Câmara que ao fim de ano e meio tem dezasseis ARU's, ou seja dezasseis áreas onde de facto pode haver vantagens para todos e onde o investimento será mais fácil e mais atrativo, em Alfena há uma e é uma pena quando falam no Relatório de Estado de Ordenamento do Território o investimento fica a menos de metade da freguesia que vem a seguir. -----

Depois ao longo desse ano e meio não houve meia hora para falar com a Junta de Freguesia, se a Câmara Municipal é dona do saber, se os técnicos da Câmara Municipal sabem tudo, se são documentos só técnicos ou se também são políticos, se são só técnicos não estão a fazer nada, porque nós estamos ali numa missão política, se não houve cinco minutos para falar com a Junta de Freguesia no sentido de saber aquilo que também era a perspetiva deles. -----

Congratulam-se com a inclusão da ARU mas queriam muito mais e merecem muito mais, fala-se em áreas de reabilitação, mas fala-se em planos de urbanização, nada é feito como o PUCA onde se insere o Parque do Vale do Leça, esses instrumentos deveriam ser tratados de outra forma e outra proximidade, ninguém é dono do saber, fomos todos eleitos e todos temos opinião. -----

Não adianta dizer que há um tempo de discussão pública e que as juntas de freguesia também se podem manifestar, podem-se manifestar sobre o que ali está mas não se podem manifestar sobre aquilo que acham que deveria estar e não está, aquilo que é essencial para todos, para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

desenvolvimento das localidades para o bem-estar da população, para o desenvolvimento harmonioso do concelho. Continuam de costas voltadas. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel pereira Ribeiro**, disse que aquando da aprovação da primeira área de reabilitação urbana todos os presidentes de junta, inclusive o Senhor Presidente de Junta pediu para estudarem áreas de reabilitação urbana e foi o que fizeram, nenhum deles nem ele nem o Senhor Vereador que também acompanha a área interferiram. -----

A área de Alfena é uma área vasta, uma área muito especial de Alfena, apanha toda zona, o núcleo quer na zona da Ferraria, na via fundamental de ligação do Porto a Guimarães, não deixa ficar nada de fora, não houve nenhuma interferência da parte dos políticos porque não tem que haver, tem que haver é um bom processo de consulta pública para perceber se há algum erro. -----

Foi-lhes solicitado para estudarem a criação de novas ARU's e foi o que fizeram, demorou muito tempo mas há um trabalho feito com coerência, robusto e bem justificado, e está agora aberto à participação de todos. -----

Poderiam ter falado, mas não deviam interferir na construção desses documentos porque seria um mau princípio. Pode acontecer num território que numa freguesia se justifiquem todas as ARU's e em mais nenhum local se justifique. -----

Estão a ser propostas seis ARU's em Sobrado, três em Campo, quatro em Ermesinde, uma em Alfena e duas em Valongo para além da histórica. -----

Estão a falar de uma área de reabilitação urbana muito especial, apanha toda a zona antiga com exceção da zona de Cabeda, mas são núcleos que estão consolidados onde não se justifica. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que não vão fazer o trabalho técnico, mas quem tem a obrigação de definir aquilo que pretende para o concelho é a Câmara e nas freguesias é a Câmara e a Junta. -----

Não são os técnicos que decidem, são eles, porque na altura falou que não havia nenhum investimento do PEDU para Alfena, disseram-lhe que não havia nenhuma ARU e as ARU's eram só para zonas ribeirinhas, zonas históricas, mas a rua de São Lázaro e toda aquela zona antiga é ribeirinha e é essa a única que consta, embora agora não estão a falar só nessas três situações estão a falar de uma situação muito mais ampla. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que não percebe porque o Senhor Presidente da Câmara se dá ao trabalho de explicar o documento visto que é um documento técnico deveriam ser os técnicos a explica-lo. -----

A desculpa que é um documento técnico é a desculpa de quem não quer assumir as responsabilidades, pois tem que haver responsabilidades, tem que haver opções políticas. -----

Foi eleito para a Assembleia Municipal, como qualquer outro Membro da Assembleia Municipal, custa-lhe que o senhor Presidente da Câmara se refira aos senhores presidentes de junta de freguesia, que foram tão eleitos como ele, como aqueles que fazem interferências nos processos, não são interferências, são opiniões de autarcas eleitos tão legitimamente como o Senhor Presidente da Câmara. -----

Os senhores presidentes da junta querem ser ouvidos, querem ser respeitados, deveria comunicar um bocadinho mais e um bocadinho melhor com os presidentes da junta, pois não merecem ser tratados dessa forma. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 3.16 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Eixo Antigo de Alfena (ARU-EAA), sendo **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 3.17 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Travagem (ARU-LT), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 3.18 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Corredoura (ARU-LC), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou á discussão o ponto 3.19 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Quinta dos Frades (ARU-QF), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou seguidamente à discussão o ponto 3.20 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar da Retorta (ARU-LR), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou á discussão o ponto 3.21 – Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar de Sobrado de Cima (ARU-LSC), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Seguidamente colocou à discussão o ponto 3.22 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar de Sampaio (ARU-LSa), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 3.23 - Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Lugar de Ferreira (ARU-LF), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Joana Catarina Martins Machado**, fez a leitura de uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.3**. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à apreciação o ponto 4 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que felicitava a forma como decorreu a Festa do Brinquedo, foi um momento alto que pôs no seu lugar o brinquedo de Alfena, uma das logomarcas do Município, que orgulhou Alfena e com certeza orgulhou todo o Município, é o exemplo de que dando as mãos as coisas correm um bocadinho melhor. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paula Cristina da Silva Moreira**, disse que existem algumas questões que não estão uniformizadas na descrição, entre a página 15 a 29 há uma série de associações que promoveram atividades e que da descrição contam com o apoio do Município, por exemplo no Dia do Desporto, no Dia de Portugal, no Estágio de Basquete o Torneio Internacional tem o apoio do Município em termos de isenção de taxas pela utilização dos pavilhões, a cedência gratuita do estádio, o apoio pontual de isenção de licenças. -----

Em contrapartida tem associações que também promoveram uma série de atividades que contam com o apoio do Município inclusive há custos diretos internos só que não descreve o tipo de apoio, por exemplo Sobrado Jovem na página 15 diz que conta só com o apoio da Câmara Municipal e não diferencia que tipo de apoio, Caminhada do Autismo, o Aniversário dos Estrelas Susanenses, o Torneio de Verão César Fidalgo, diz que conta com o apoio do Município e teve em custos internos mais de 3 mil euros e não diz que tipo de apoio. O aniversário do Futebol Clube de Paço e o aniversário da UDCR da Bela as associações contam com o apoio do município, mas não discrimina que tipo de apoio, apesar de elas todas terem custos diretos internos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Maria da Trindade Morgado do Vale**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa á presente ata como **Doc.4**. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em algumas iniciativas está incluído noutras não está e devia estar. -----

-Há iniciativas que só têm custos diretos internos, há outras que além dos custos diretos internos têm custos diretos externos, outras têm patrocínios, pode haver situações em falta, mas não está em condições de responder a isso. -----

Disse de seguida que todas as iniciativas por norma tem a descrição, fazem o relatório da atividade municipal como a lei determina e se calhar vão mais longe do que a maior parte das câmaras, alguns relatórios das câmaras municipais são texto com tópicos, aqui há uma riqueza maior de informação, tem a designação, a breve descrição, o local, a data, o objetivo, o público-alvo, o número e os valores, agora não é um documento perfeito. -----

A sugestão dada talvez não se enquadre, é uma apreciação que se deve fazer anualmente avaliar e fazem-no no âmbito daquilo que é a governação, estão a falar no relatório da atividade municipal e este é um de cinco relatórios que fazem por ano. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que no organigrama da Câmara há divisões com dezena de colaboradores e há divisões com 3 ou 4 colaboradores que foram criadas, por exemplo para dinamizar o Orçamento Participativo Jovem. -----

Para que o documento possa ser lido com interesse é necessário que se faça compreender às várias divisões que cada uma deve pôr aquilo apenas que fez e não andar a engrossar o número de páginas para rivalizar entre divisões quem é que faz mais. -----

Por exemplo na Divisão de Cidadania e Juventude, na página 11 para a 12, estágio de dois alunos do nono ano, a Divisão de Cidadania recebeu dois alunos do nono ano da Escola de Valongo, um evento, a seguir recebe mais dois alunos da Escola Profissional, um evento, isso não faz sentido, é a mesma coisa. -----

Parece que há divisões que colocam eventos que não tem interesse apenas para criar número, porque não faz sentido como dinamização da página do site e do facebook da casa da Juventude ou continuamos a auscultar os jovens do concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que há divisões com mais funcionários e divisões com menos funcionários, são opções de quem governa. -----
Trata-se de um relatório de atividades municipais e qualquer uma das atividades que referiu são atividades e seria grave era se um Chefe de Divisão omitisse essa atividade. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que os estágios são aprovados em reunião de Câmara, é idêntico a que depois de aprovarem as ARU's a Divisão colocar no relatório colocação em Diário da República da ARU a seguir divulgação da ARU, não faz sentido. -----

Os estágios profissionais são aprovados em reunião de Câmara são atos públicos, faz algum sentido depois a divisão dizer que recebeu dois estagiários, continuam a auscultar os jovens do concelho. ----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paula Cristina da Silva Moreira**, disse que na página 72, Estádio Municipal de Sobrado tem um projeto de arquitetura, adaptação dos balneários e diz que o processo se encontra suspenso, perguntando se havia alguma razão para o processo estar suspenso. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente aos estágios deu a indicação de que os estágios são para levar a sério, não quer ver estagiários sem que ninguém lhes ligue. -----

O estágio na Câmara é mesmo uma atividade, é acompanhado e é uma atividade, acha correto que seja colocado como uma atividade, porque dá muito trabalho acompanhar um estagiário quando se leva a sério. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD; Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que o PSD no carnaval recebeu um email em que dizia que na Divisão de Cidadania e Juventude, na Vila Beatriz, quer os funcionários da Autarquia quer os estagiários foram mascarados de carnaval num dia útil de trabalho, questionaram se o PSD não ia intervir sobre essa questão, assim perguntava se isso era normal. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que não tinha conhecimento que iria perguntar, mas são pessoas com uma atitude face à vida fantástica, a Casa da juventude é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

um sucesso, os jovens do concelho gostam da Casa da Juventude, as pessoas têm uma atitude diferente. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vila Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **5 – Período Pós Ordem do Dia**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS; António César Ribeiro Ferreira**, disse que em relação ao que foi dito pelo Membro Alexandre Teixeira sobre a Escola de Fijós onde dramatizou os riscos com o quadro elétrico que estava a céu aberto, foi lá verificar a situação e que recentemente houve lá obras e que existia um quadro antigo que estava sujeito a umas pingas de água mas que estava revestido e não tinha perigo para as crianças, tendo já sido colocado um quadro novo e retificada essa situação -----

Aquela escola tem sofrido uns melhoramentos significativos, tem-se feito lá uma obra considerável, hoje as crianças têm um aquecimento digno, um refeitório com alguma dignidade, uma cobertura no recreio para eles poderem usufruir quando chove, precisa de melhoramentos e foi-lhe transmitido que um dos graves problemas na escola tem a ver com os esgotos, são esgotos antigos e deixa lá um cheiro imundo e da colocação de uns estores nas salas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, disse que na sua intervenção citei problemas de saúde pública, perigo de electrocução não foram dramas dirimidos e propostos inventados por ele, estava escrito no email que a Associação de Pais dirigiu à Câmara, são preocupações de quem tem os filhos naquela escola. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente às questões relacionadas com a limpeza urbana, no verão tiveram uma situação mais complicada, muitos problemas com os chamados monstros, uma coisa que não se percebe porque é um serviço gratuito quer os monstros quer os verdes mas que as pessoas não saberão, não conhecem o serviço, portanto vão fazer essa sensibilização mais através dos meios possíveis para a existência desses dois serviços que são a recolha dos monstros, os eletrodomésticos, etc. e a recolha dos verdes. -----
Sobre o processo de recolha seletiva têm um projeto no âmbito do PAPERSU, como todas as câmaras, avançaram com a recolha do quarto fluxo, Valongo decidiu avançar nas zonas piloto onde está a decorrer, tem corrido bem, não é fácil porque é uma mudança comportamental muito profunda é um trabalho muito difícil. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estão a alargar para mais mil e tal casas, existem seiscentas, o quarto fluxo já está quase há meio ano, está a falar de zonas só com moradias, os prédios em altura é um problema, mesmo em algumas zonas de moradias não é possível às vezes encontrar sítio para colocar os quatro contentores, às vezes as pessoas também não querem. As seiscentas casas onde está a decorrer tem corrido bem. -----

Quando se dá o passo para o quarto fluxo e mesmo quando se introduzem os três fluxos há um processo de descontinuidade daquilo que são os tradicionais pontos de recolha, os molocks são retirados caso contrário as pessoas acabam por ser induzidas a meter tudo no saco preto e mandar para o molock, ficam só os ecopontos, a questão do orgânico no dia em que é combinada a recolha é colocado e é recolhido. -----

Sobre a plataforma Mega, a questão dos livros, essa plataforma não é da Câmara, a Câmara de Valongo apoiou as famílias através na rede de proximidade na Loja do Cidadão e nos Espaços Cidadão, mas a plataforma é da responsabilidade do Ministério. -----

A questão do quadro elétrico no dia em que foi falado já estava resolvido e a questão de saneamento obriga a uma intervenção mais profunda, que vai ser feita, está planeada e vai ficar resolvido. -----

Quanto ao gabinete de medicina dentária vão ser dois, assinaram o acordo com o Governo, a Câmara vai investir em dois equipamentos de medicina para disponibilizar a uma parte da população, porque o concelho é grande do ponto de vista populacional e a ideia é ter um dos equipamentos ao serviço do eixo Valongo, Campo e Sobrado e outro equipamento que fique ao serviço da população no eixo Ermesinde e Alfena. É um investimento de noventa e tal mil euros são quarente e seis mil vezes dois, mas o Estado através da Direção Regional de Saúde é que tem que contratar o dentista e os consumíveis e qualquer pessoa quer seja rica quer seja pobre pode usufruir do serviço, quem esteja isento não paga, os restantes pagam uma taxa moderadora. -----

Sobre a questão da Semana Europeia da Mobilidade, este ano não houve as comemorações dessa Semana que eram feitas no âmbito da Área Metropolitana do Porto, mas mais do que sensibilizar, a Câmara está a investir na mobilidade muito dinheiro. -----

A questão do evento comemorativo sobre a passagem do Humberto Delgado, não foi esquecido, não foi possível na altura, pediu à equipa da cultura que vai estar em contacto para ver como é que se pode evocar, porque era importante perceber onde é que está um documento. -----

A Escola Básica Vallis Longus é do Governo, espera que quando for fechado o Diploma Sectorial sobre a Educação se perceba como é que o Governo da República vai ajudar a resolver o problema das escolas do Estado central que estão em muito mau estado, não é um problema da Câmara Municipal de Valongo, poderá vir a ser no futuro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A rua da Costa vai ser intervencionada era para ter sido este ano e não foi, tem que ser uma intervenção de fundo já lá fizeram várias intervenções com os meios próprios, aquela rua tem que ser intervencionada de empreitada, tem que se fazer uma caixa é uma rua hoje de acesso a pesados, não basta uma simples intervenção tem que ser uma caixa muito poderosa. -----

A Lei das Transferências, aquilo que fizeram foi aguardar porque para eles ainda vale uma carta do Ministro, uma carta de um Secretário de Estado e uma interpretação de uma Direção Geral das Autarquias Locais. O que nos foi dito a todos os presidentes de Câmara e a todos os presidentes de Assembleia foi que não havia necessidade de decidir até ao dia 15 de setembro, porque enquanto não saíssem os diplomas sectoriais não havia condições para decidir. -----

Informou o Ministro e o Secretário de Estado que não têm condições para o ano 2019, a Câmara de Valongo não tem condições, bem como têm que saber o que vem nos Diplomas Sectoriais da Educação e da Saúde, o da educação que é o mais sensível é preciso ver o que é que vão fazer para as escolas, Valongo não recebeu um tostão do Parque Escolar. -----

Quando chegar a hora vão levar uma proposta para rejeitar com base no argumento que não estão preparados, há uma série de diplomas, mal eles sejam publicados há um período de 60 dias para reagirem. -----

No processo da Oficina do Brinquedo fizeram uma candidatura e ainda não houve resposta, estão a aguardar, está lá o dinheiro são quase dois milhões de euros. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que sobre a Semana Europeia da Mobilidade apresentaram recomendação e a Assembleia irá pronunciar-se sobre isso. -----

Não põem em causa que se está a investir na mobilidade e sensibilização, o que é facto é que no ano 2018 a Câmara Municipal de Valongo não aderiu à Semana Europeia da Mobilidade, uma atitude difícil de entender tendo em conta os números do recente inquérito à mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, publicados em 2 de julho último pelo INE, em que é salientado que o automóvel foi o principal meio de transporte (67,6%) nas deslocações efetuadas pelos residentes da Área Metropolitana do Porto, também o Eurostat refere que quase 90% dos quilómetros percorridos pelos portugueses são feitos através do automóvel. -----

Sobre a questão das escolas sabem que é da responsabilidade do Governo, aquilo que perguntou é o que o executivo pretende fazer no sentido de interpelar o Governo, se pretende pressionar o Governo no sentido de fazer face às recomendações. -----

-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A questão do Humberto Delgado na altura ficou entusiasmado com a sua reação, mas depois os meses passaram e não foi feito nada. -----

Colocou uma questão sobre o empreendimento habitacional da Outrela à qual gostaria de obter resposta. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que era importante que a Mesa no que respeita à delegação de competências fosse solicitando à Câmara Municipal a devida informação e a fosse transmitindo, pois vai chegar uma altura em que vão ter que se pronunciar. -----

Era importante que numa matéria em que a Assembleia vai tomar posição, pelo menos na altura em que vai tomar essa posição conheçam a história toda. -----

O problema da rua da Costa, em Campo, não é um problema de caixa, o problema é que há um grossista em que os camiões chegam às 2 e 3 da manhã estacionam na faixa de rodagem e esperam que às 8 da manhã que abra para abastecer e alguns desses camiões são camiões com refrigeração, ou seja fazem barulho e as pessoas não conseguem dormir. -----

A Câmara Municipal não tem que providenciar a nenhuma industria condições de estacionamento na via pública, possivelmente a solução do problema passa pelo empresário arranjar um terreno onde os camiões que cheguem mais cedo estacionem. -----

Arranjar a caixa da faixa de rodagem para eles estacionarem não resolve nada, mesmo que crie alguns lugares de estacionamento estão a criar condições para que os camiões continuem estacionados em frente a moradias. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação à Escola Básica de Valongo conseguiram sensibilizar o Governo que desbloqueou uma verba o ano passado que permitiu uma intervenção muito pequenina, bem como têm feito tudo o que é possível junto do Ministério. -----

Sobre a Outrela está prevista uma intervenção no exterior, conhecem a situação, mas está previsto no âmbito dos fundos comunitários uma intervenção na parte envolvente. -----

O problema da rua da Costa tem também um problema da via, a via tem que ser intervencionada, há ali outro tipo de problemas, neste momento querem que aquela via tenha condições, a via está perigosa e estão empenhados no sentido dessa via ter mais condições de segurança, os outros problemas têm que ser geridos, não são de fácil resolução mas terão que ter uma solução. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quanto ao equipamento dos trabalhadores, a última vez que foi entregue equipamento foi em 2017 onde fizeram um investimento de mais de 50 mil euros entre botas e casacos. -----

A última vez que entregaram fardamento foi em 2017, além do vestuário fizeram um investimento em material, em utensílios, onde foram gastos 20 mil euros em ferramentas. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a admissão dos seguintes documentos: -----

- **Moção**, Saúde Oral – Protocolo ARSN, apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à ata como **Doc.5, admitida por unanimidade**; -----

- **Moção**, transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, apresentada pelo Grupo Municipal do CSD/PP, anexa á ata como **Doc.6, admitida por unanimidade**. -----

De seguida colocou à votação a **Moção**, Saúde Oral – Protocolo ARSN, apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à ata como **Doc.5**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 24 votos a favor e 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Independentemente do mérito da medida em si é para nós impossível conhecer a relevância de um protocolo que desconhecemos”. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão **Moção**, transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, apresentada pelo Grupo Municipal do CSD/PP, anexa à ata como **Doc.6**, -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse, a questão das transferências é uma questão séria e à qual o PS dá imensa importância, reconhecem que todo o processo não seguiu a melhor forma, designadamente porque tendo sido publicada a lei-quadro em agosto se exigia ao mesmo tempo que as câmara municipais e depois as assembleias municipais se pronunciassem até 15 de setembro se aceitavam as novas competências ou não para o ano 2019. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Nessa altura, como agora, não estavam nem publicados os diplomas sectoriais, como se percebe qualquer autarca, qualquer responsável tem muita dificuldade de tomar uma decisão sobre aquilo que não conhece. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que há uma carta do Ministro e do Secretário de Estado a dizer que o 15 de setembro é para não levar muito a sério. -----

Relativamente à Moção do CDS/PP acham-na inoportuna, assim como aliás as propostas de deliberação que se vão seguir sobre a matéria, designadamente do BE e da CDU. -----

A posição deles é sustentada no facto de não terem condições para tomar uma posição objetiva e séria sobre este assunto, acham inoportuna a aprovação desses documentos pela Assembleia. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, disse que estranha muito a declaração do PS até porque outros colegas do PS, noutras assembleias municipais, nos exatos termos que a Moção está a ser apresentada solidarizaram-se com ela, porque ela não diz nada de diferente daquilo que o Membro Agostinho acabou de dizer, também a eles são fornecidas substantivas dúvidas sobre a forma como a lei irá ser aplicada. -----

O que está a ser votado são cinco considerandos, sendo que o quinto é para a remissão para um conjunto de entidades e os considerandos são os seguintes: 1) a descentralização é essencial para um efetivo e melhor desenvolvimento económico e social de toda a população portuguesa – com certeza que do PS ninguém irá discordar disso; 2) o Governo deve assegurar e garantir todos os meios, técnicos, com pessoal e financiamento ao cumprimento das novas competências pelo poder local – foi aquilo mesmo que o Membro defendeu que acha que deve ser feito; 3) o Governo deve prestar todos os esclarecimentos e remeter às autarquias locais e às entidades intermunicipais todas as informações necessárias ao exercício de tais funções e competências – foi aquilo que o Membro também disse e tanto concordam que escreveram; 4) enquanto não se verificarem as condições estabelecidas nos pontos 2 e 3, as autarquias locais devem rejeitar o exercício de qualquer nova competência. -----

Onde é que o PS discorda para votar negativamente a Moção que é exatamente o que o Membro disse, oferecem-se-lhe dúvidas, as dúvidas enquanto elas não estiverem clarificadas têm que ser rejeitadas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que acabaram de assistir a um desentendimento entre a bancada do PS e o Senhor Presidente da Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor Presidente da Câmara, pelo menos não o ouvi a desmentir a notícia que em agosto veio na Comunicação Social, disse que uma das câmaras do grande Porto que iria rejeitar a delegação de competências era Valongo. -----

Há pouco o Senhor Presidente disse exatamente a mesma coisa, que já tinha comunicado que ia rejeitar a delegação de competências para 2019, o que o Senhor Presidente se esquece é que não tem competência para o fazer, ou seja não vale a pena ter comunicado, a quem cabe a decisão é à Assembleia Municipal. -----

Uma carta do Ministro, que não é uma carta do Ministro é um comunicado do Ministério, não tem força de lei e muito menos vem contrariar a lei-quadro, ou seja, o que vale é a lei não são comunicados nem interpretações da lei. -----

A lei é aberta a interpretações distintas, mas não é um comunicado que vai alterar aquilo que a lei diz, agora o que sabem é que há um conjunto de autarquias que fizeram a votação porque rejeitaram a delegação de competências. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que entendem a posição do PS que não tem condições nem conhecimento para votar o documento, o que acontece é que a lei é para entrar definitivamente em funções até 2021, o que diz é que as autarquias podem a partir de 2019 aderirem. -----

O que pretendem, porque não estão criadas as condições nem os conhecimentos, o Município não pretenda a transferência das competências para o ano 2019. -----

Conforme o artigo 44.º da lei 50/2018, de 16 de agosto a lei só produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial. Mas os diplomas sectoriais mais relevantes não foram ainda publicados, não permitindo aos municípios perceberem de forma objetiva e rigorosa o sentido, a extensão e o conteúdo da anunciada descentralização administrativa. E são ainda desconhecidos os montantes exatos das verbas a transferir para que as autarquias possam assegurar cabalmente as novas competências. -----

Perante essa situação faz mais sentido aprovarem a não aderência no ano 2019 e esperar que as coisas saiam com mais clarividência, para concelhos com cinco mil habitantes como para concelhos com cem mil habitantes e as condições de cada concelho não são as mesmas, precisa de ter uma discussão de um âmbito muito mais alargado e não ser restrito da forma como foi feita. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que aquilo que disseram foi que não acham oportuna a discussão desse tipo de documentos, -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

bem como a decisão é da Assembleia Municipal e na devida altura vão ter oportunidade de se pronunciar. -----

Além disso de facto a lei-quadro, publicada em agosto deixou uma ampla interpretação relativamente à qual não há consenso, mas uma das leituras possíveis da lei ela só entra em vigor quando forem publicados os diplomas sectoriais. -----

Em termos de substância nem sequer estão a discutir o que está nas Moções, o que estão a dizer é que não é oportuno estarem a discutir neste momento, porque de facto é verdade não foi só o Presidente da Câmara Municipal de Valongo que em agosto veio dizer que não ia aceitar, foi do Porto, foi de Braga e foram muitos outros. -----

Começou por dizer na sua intervenção inicial que o processo não correu bem, agora deixem que a coisa se clarifique para depois a Assembleia Municipal se pronunciar se quer ou não quer a transferência de competências ou em 2019 ou 2020 porque em 2021 já não tem hipótese nenhuma. --

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que todas as forças evocaram o desconhecimento e o PS não decide com base no desconhecimento. -----

Havendo diplomas sectoriais que ainda não foram publicados o PS não se pronuncia, entendem que há forças partidárias que queiram desde já marcar território eles não o fazem, após conhecerem os diplomas tomam posição. -----

Não há nenhuma divisão entre o Grupo Municipal e o Senhor Presidente da Câmara, não há nenhuma divisão entre o Senhor Presidente da Câmara enquanto Presidente eleito pelo PS e o Grupo Municipal, só se vão pronunciar quando conhecerem. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que seria útil para a bancada do PS que o Senhor Presidente da Câmara explicasse sobre o que é que se pronunciou contra, e saberá certamente mais do que eles, porque o PS está a dizer que não se deviam pronunciar porque não sabem sobre o que é que se vão pronunciar, mas o Senhor Presidente da Câmara já se pronunciou. -----

A opção do PS mais uma vez está desafinada com o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara não sabe e pronunciou-se contra, o PS não sabe e não se quer pronunciar. ----

A palavra final é da Assembleia Municipal, contudo antes disso tem que a Câmara Municipal deliberar nesse sentido para trazer à Assembleia Municipal, e a inércia do Senhor Presidente da Câmara, no Porto o Presidente Rui Moreira foi consequente disse que estava contra e depois não foi pressionado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

pelo Membro do Governo e teve a coragem de levar a deliberação à Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal rejeitou a transferência de competência. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Alexandre Manuel da Silva Teixeira**, disse que já toda a gente percebeu que o PS é a favor do Moção apresentada pelo CDS, o Senhor Presidente da Câmara mais do que a favor antes de a Moção ter sido defendida que era assim que ela tinha mérito, que devem rejeitar aquilo que não conhecem, mas fica claro para toda a gente que o PS o poder que lhe foi dado pelo resultado eleitoral das últimas eleições permite-lhe ter a maioria absoluta nesta Assembleia e de fazer o que quer e o que lhe apetece, inclusivamente ir contra o Senhor Presidente da Câmara. -----

O que o Senhor Presidente da Câmara disse foi nos exatos termos em que o CDS apresentou a Moção, o Senhor Presidente da Câmara concorda mas não é o único, a bancada do PS também concorda, e o que é que faz a bancada do PS quando concorda vota contra porque não quer dar espaço político a que outras moções possam aparecer. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que comungam da opinião que está a ser discutida. -----

A lei das finanças locais, lei n.º 73/2013 alterada pela lei n.º 51/2018 e a lei da transferência de competência para as autarquias, Lei n.º 20/2018, aprovadas no final da legislatura, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínio vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações, portanto a lei é conhecida e há as alterações que foram adotadas no fim da legislatura. -----

Depois a lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada área resultará do decreto-lei a aprovar pelo Conselho de Ministros, ou seja, um verdadeiro cheque em branco ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República, o que contraria muita coisa àquilo que é assumido publicamente pelo senhor Presidente da Câmara quando o próprio Ministro, ao dizer que vai saindo por decreto avulso conforme a lista que lhe der melhor jeito as coisas vão saindo. -----

Estão perante uma situação que não é possível deixar passar de qualquer maneira, a lei foi aprovada, tinham prazos de aplicação da própria lei que era 15 de setembro e o Senhor Ministro veio dizer que depois ia fazendo sair, o que é que vale mais é a lei ou é o que diz o Senhor Ministro para os jornais -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que a lei diz no artigo 44.º que produz efeitos após aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito sectorial acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Enquanto esses diplomas legais de âmbito sectorial não estiverem esclarecidos a lei não produz efeito, ou seja o 15 de setembro está ultrapassado pela própria lei. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que compreende essa interpretação, deu-a como conclusiva, mas não é assim, é a produção de efeitos o que não significa que a rejeição de transferência de competências não tivesse que ocorrer até dia 15 de setembro. -----

Ninguém lhe diz que não é tão válida como a interpretação que diz que nós tínhamos até 15 de setembro para rejeitar e se não rejeitaram, quando houver acordos sectoriais eles entram em vigor, porque aí só estão a falar de produção de efeitos. -----

Ainda hoje não há lei habilitante relativamente à delegação das câmaras municipais para as juntas de freguesia e a delegação de competência ocorreu. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que foi contactado no dia 17 de agosto pelo Jornal de Notícias, no dia em que foi publicada a lei, e colocaram-lhe duas questões, o Município vai reconhecer esse direito e recusar a assunção de novas competências em 2019? No momento que lhe enviaram as perguntas não havia nada da posição do Ministro nem da DGAL, a segunda pergunta era se um mês é tempo suficiente para avaliar e levar esta matéria à Assembleia Municipal. -----

Respondeu que o presidente da Câmara Municipal de Valongo vai levar aos órgãos competentes da Câmara e Assembleia Municipal, porque a Câmara tem que se pronunciar, uma proposta para não assumir as competências em 2019. O Presidente da Câmara Municipal de Valongo lamenta o período e os prazos extremamente apertados, bem como o facto de ainda não estarem encerradas as negociações sobre diplomas sectoriais como a educação e saúde, sem os quais assumir quaisquer competências é um ato de má gestão pública local. -----

Um mês é tempo suficiente para avaliar e levar esta matéria para aprovação? -----

Não é obviamente suficiente, na altura punha-se a questão do 15 de setembro, designadamente porque não se conhecia o desfecho das negociações sectoriais, para as quais alertou o Senhor Presidente da República muito concretamente e a título de exemplo que verbas serão transferidas para os municípios assumirem, as novas competências, designadamente na área da educação e da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

saúde mas não só, está é que é a grande questão, a minha preocupação é a área da saúde e educação. No caso de Valongo e outros municípios onde o Governo da República nunca fez escolas da sua responsabilidade e propriedade, básicas e secundárias, sem sabermos que responsabilidades de reabilitação vai assumir o Governo da República antes de entregar esses edifícios aos municípios como é que é possível alguém de boa-fé avaliar o que quer que seja. -----
Entretanto houve uma decisão das câmaras da Área Metropolitana de rejeitarem todas, depois essa decisão não foi acolhida por todas as câmaras, a maioria das câmaras não acolheu, porque na avaliação de muitas pessoas percebeu-se que haveria aqui uma questão político partidária. -----
Existe uma carta do Ministro e não é um comunicado que foi enviada aos presidentes de câmara e aos presidentes de assembleia municipal, há uma mensagem do Senhor Secretário de Estado e há um documento interpretativo da parte da DGAI que é a Direção Geral que é a entidade do Estado Central que acompanha a vida das autarquias, a própria lei gera imensa confusão. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Moção**, transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, apresentada pelo Grupo Municipal do CSD/PP, anexa á ata como **Doc.6**, sendo **reprovada por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos contra: 16 votos contra, sendo 13 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Representante do Presidente de Junta de Freguesia de Campo e Sobrado José Carvalho Ferreira Marujo, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos a favor: 13, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares. -----

Abstencões: 2 abstencões, sendo 1 abstenção do Presidente da Assembleia Abílio José Vilas Boas Ribeiro e 1 abstenção do Primeiro Secretário da Assembleia António Joaquim Queijo Barbosa. -----

De seguida colocou à votação a admissão dos seguintes documentos: -----

- **Proposta de Deliberação**, pela não transferência em 2019 das competências previstas na Lei n.º 50/2018, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à ata como **Doc.7**, **admitida por unanimidade**; -----

- **Deliberação**, sobre transferência de competências, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, anexa à ata como **Doc.8**, **admitida por unanimidade**; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Seguidamente colocou à discussão a **Proposta de Deliberação**, pela não transferência em 2019 das competências previstas na Lei n.º 50/2018, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à ata como **Doc.7**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, disse que relativamente à Proposta de Deliberação, não podem votar a proposta de deliberação porque não têm competência para o fazer, tanto o artigo 4.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2018, como a própria Lei relativa às Assembleias Municipais e o regimento artigo 6.º, n.º 2, alínea k), prevê que a deliberação é tomada mediante proposta da Câmara Municipal, ou seja não podem por iniciativa própria votar a deliberação. Assim sendo convidavam o autor da proposta a transformar numa recomendação ou moção ou então iremos abster-nos por entender que falta competência à Assembleia para votar. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que o assunto tem que ser votado pelo Órgão deliberativo e eles são o Órgão Deliberativo, o que pretendem é a não transferência das competências para o ano 2019, dado que ainda não se conhece os diplomas de âmbito sectorial nem as verbas, nem os conteúdos, sendo necessário comunicar à DGAL a adesão ou não era até ao dia 15 de setembro. -----

Aceita a sugestão do Grupo Municipal do PPD/PSD passando a uma Recomendação e em vez de deliberação. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Recomendação**, pela não transferência em 2019 das competências previstas na Lei n.º 50/2018, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à ata como **Doc.7**, sendo **reprovada por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos contra: 18 votos contra, sendo 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Representante do Presidente de Junta de Freguesia de Campo e Sobrado José Carvalho Ferreira Marujo, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos a favor: 13, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares. -----

De seguida colocou à discussão a **Deliberação**, sobre transferência de competências, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, anexa à ata como **Doc.8**, que pelo motivos anteriormente invocados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

passou a **Recomendação**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **reprovada por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos contra: 18 votos contra, sendo 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Representante do Presidente de Junta de Freguesia de Campo e Sobrado José Carvalho Ferreira Marujo, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos a favor: 13, sendo: 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares. -----

Colocou seguidamente à votação a admissão de uma **Recomendação** apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à presente ata como **Doc.9**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

Seguidamente colocou à votação a admissão de um **Voto de Louvor** apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, anexa à presente ata como **Doc.10**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à admissão de um **Voto de Pesar** apresentado pelo Grupo Municipal do BE, anexo à presente ata como **Doc.11**, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em **Minuta** do ponto 3.5, 3.6, 3.7, 3.9, 3.10, 3.11, 3.12, 3.13, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.19, 3.20, 3.21, 3.22 e 3.23, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____